



## PODER

Ministros do STF saem em defesa do magistrado, acusado de determinar ao TSE, fora do rito judiciário, a produção de relatórios para respaldar suas decisões contra aliados de Bolsonaro. Senadores de oposição coletam assinaturas para tentar destituí-lo do cargo

# Sob duras críticas, Moraes recebe apoio no Supremo

» LUANA PATRIOLINO  
» FERNANDA STRICKLAND

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), virou alvo de duras críticas e até ameaça de impeachment após a acusação de que pediu informações a assessores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fora do rito oficial, para embasar decisões contra bolsonaristas no inquérito das fake news.

Senadores aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro anunciaram uma campanha para coletar assinaturas em um pedido de impeachment de Moraes. Eles querem protocolar o documento até 9 de setembro.

Ontem, em sessão do Supremo, ministros da Corte e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, saíram em defesa de Moraes. Destacaram que não houve ilegalidade nos atos e enalteceram o trabalho do magistrado.

Reportagem da *Folha de S. Paulo* sustenta que o setor de combate às fake news do TSE foi “usado como braço investigativo do gabinete do ministro no Supremo”. Afirma, também, que houve um fluxo de informações “fora do rito envolvendo os dois tribunais” (**leia Entenda o caso**).

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, chamou as suposições de “tempetades fictícias” e frisou que os atos de Moraes seguiram o rito normal do Judiciário. “Todas as informações que foram solicitadas pelo ministro Alexandre de Moraes referiam-se a pessoas que já estavam sendo investigadas. Informações voltadas à obtenção de dados referentes a condutas de reiteração de ataques à democracia e de ataques de ódio”, enfatizou.

Barroso disse que todas as informações eram públicas, solicitadas ao órgão do TSE que fazia o acompanhamento de redes sociais. Segundo o magistrado, não houve nenhum tipo de investigação de natureza policial ou apuração que dependesse sequer de reserva judicial.

O ministro destacou que “ninguém officia a si próprio”. Ou seja, Moraes não precisava pedir autorização oficial ao TSE, pois, na ocasião, era o presidente da Corte eleitoral. “Os inquéritos aqui no STF são conduzidos pelo ministro Alexandre de Moraes, como é próprio dos inquéritos, são conduzidos por um relator, e quando é necessário, é ratificada pelo plenário. Por acaso, o condutor do inquérito era o presidente do TSE”, afirmou.

Segundo ele, “a alegada informalidade é porque geralmente ninguém officia para si próprio”. “Portanto, como as informações eram do presidente do TSE para o condutor do inquérito, elas não eram formalizadas no momento da solicitação, por isso havia algumas solicitações informais, mas quando as informações chegavam, eram imediatamente formalizadas, inseridas nos processos e dadas as vistas ao Ministério Público.”

Em seguida, o decano Gilmar Mendes ressaltou que as fake news são “usadas como arma política” para enfraquecer as atuações do Judiciário. “Não é de hoje que o ministro Alexandre tem sido alvo de críticas infundadas acerca da condução das investigações sob sua responsabilidade”, disse.

Gilmar mencionou que Moraes sofreu com ataques e injúrias por conta de sua atuação contra as milícias digitais. “A condução das investigações por parte do ministro Alexandre tem sido pautada pela legalidade, pelo respeito aos direitos e às garantias individuais e pelo compromisso inegociável com a verdade”, elogiou. “Qualquer tentativa deliberada e infundada de intimidar ou desacreditar um ministro do Supremo deve ser veementemente repudiada.”

“Vivemos em tempos em que a verdade é frequentemente distorcida e a desinformação é usada como arma política. Nesse cenário, é fundamental que defendamos aqueles que, com coragem

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Seria esquizofrênico eu, como presidente do TSE, me auto-oficiar. Até porque, como presidente do TSE, no exercício do poder de polícia, eu tinha o poder, pela lei, de determinar a feitura dos relatórios”

Alexandre de Moraes, ministro do STF

Antonio Augusto/STF



Todas as informações requisitadas referiam-se a pessoas que já estavam sendo investigadas e, portanto, em inquérito que já estava aberto perante o Supremo”

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

Carlos Moura/SCO/STF



A condução das investigações por parte do ministro Alexandre tem sido pautada pela legalidade, pelo respeito aos direitos e às garantias individuais”

Gilmar Mendes, ministro do STF

Rosinei Coutinho/SCO/STF



O Tribunal Superior Eleitoral exerce o poder de polícia, manda elaborar relatórios acostados em autos existentes, e isso é tido como violação de rito”

Flávio Dino, ministro do STF

e retidão, enfrentam essas ameaças, mesmo quando isso implica suportar o peso de críticas injustas e ataques pessoais”, apontou.

O PGR, Paulo Gonet, afirmou que toda a atuação de Moraes teve anuência do órgão. Ele enalteceu o trabalho do magistrado e disse que ele atua com “coragem e retidão”. “Invariavelmente, onde cabia nos processos sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes a intervenção da Procuradoria-Geral da República ou da Procuradoria-Geral Eleitoral, houve a abertura de oportunidade para a atuação do Ministério Público”, disse. “E eu posso acrescentar que nessas e também em outras tantas oportunidades eu pude pessoalmente verificar que, na minha atuação junto ao TSE, quer aqui no STF, as marcas de coragem, diligência,

assertividade e retidão nas manifestações, nas decisões e no modo de conduzir o processo do ministro Alexandre de Moraes”, acrescentou.

Horas antes, o ministro Flávio Dino também disse não haver ilegalidade na condução do processo. Ele afirmou que Moraes “é acusado de um crime gravíssimo, qual seja: cumprir o seu dever”. “O TSE exerce o poder de polícia, manda elaborar relatórios acostados em autos existentes, e isso é tido como violação de rito”, declarou, durante participação em um seminário no Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (Ieja), em Brasília, sob o tema *A necessidade de regulamentar as redes sociais e o papel das plataformas na economia nacional*.

De acordo com Dino, “estamos diante da inusitada situação de se questionar o direito de ofício do poder de

polícia”. “Desde ontem à noite (terça-feira), não consegui encontrar que capítulo, dispositivo ou preceito viola qualquer determinação da nossa ordem jurídica”, completou. O ministro se disse “chocado” com os questionamentos à atuação de Moraes.

### Ministro se defende

Também na sessão, Moraes se defendeu da acusação. Frisou que, como presidente da Corte Eleitoral, à época, tinha poder de polícia e não precisava oficializar os pedidos para ele mesmo. “Seria esquizofrênico eu, como presidente do TSE, me auto-oficiar. Até porque, como presidente do TSE, no exercício do poder de polícia, eu tinha o poder, pela lei, de determinar a feitura dos relatórios”, explicou.

### Entenda o caso

#### Bolsonaristas na mira

Mensagens reveladas pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostram que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, usou assessores do TSE para produzir relatórios contra aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O jornal teve acesso a diálogos que mostram o setor de combate à desinformação da Corte eleitoral sendo usado como braço investigativo do gabinete do ministro entre agosto de 2022 e março de 2023. Na época, Moraes presidia o TSE.

Conforme a reportagem, Moraes, por meio do juiz auxiliar dele, Aírton Vieira, fazia pedidos para o perito Eduardo Tagliaferro, que comandava a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED). Os alvos eram aliados de Bolsonaro que postaram ataques às urnas eletrônicas, aos ministros do STF e que incitaram os membros das Forças Armadas contra o resultado da eleição de 2022.

Na troca de conversas, Aírton pedia, em nome de Moraes, que os relatórios incluíssem determinados investigados e conteúdos nas redes sociais. O gabinete do ministro também solicitou ajustes quando os documentos não estavam conforme os resultados esperados pelo magistrado. Os movimentos sugerem que Moraes, além de relator e julgador, atuava como investigador nos inquéritos das fake news e das milícias digitais.

Moraes destacou que todas as solicitações foram devidamente documentadas sobre o andamento do inquérito e que todas as defesas estavam cientes. “Não há nada a esconder, todos os documentos oficiais juntados à investigação correndo pela PF (Polícia Federal), todos já eram investigados previamente, e todos os recursos contra minhas decisões, as decisões foram mantidas pelo plenário do STF”, declarou.

Ele ressaltou estar tranquilo diante da repercussão do caso e reiterou o enfrentamento aos extremistas. “No curso desses inquéritos e petições, várias vezes surgia que aqueles investigados estavam reiterando condutas ilícitas. Quais condutas? Basicamente incitação ao golpe de Estado, discurso de ódio, ameaças de morte”, completou.

### Senado

No Congresso, o senador Eduardo Girão (Novo-CE), anunciou, em coletiva de imprensa, que parlamentares bolsonaristas começaram uma campanha de impeachment contra Moraes.

Girão disse estar coletando assinaturas de congressistas e da população civil. Segundo ele, há muitos motivos para a deposição do magistrado. “Este momento que a gente está vivendo não é questão de ser de oposição, é questão de defender verdadeiramente a democracia do Brasil, de respeitar a lei do Brasil”, pontuou.

O presidente do Senado — posição hoje ocupada por Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — é o responsável por abrir ou não um processo de destituição de um ministro do Supremo.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que há elementos suficientes para pautar o impeachment. “Acho que o presidente Pacheco tem que ter uma posição institucional. Se ele quer defender a democracia, como eu também quero, eu acredito que ele tem mais que elementos suficientes para iniciar um processo de impeachment”, argumentou.